



ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP.

Procedimento Licitatório Eletrônico nº 006 / 2024 - DECOMP/DA.

Processo nº: 00112-00006362/2024-50

A empresa **Evolução Engenharia, Construção e Administração Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.892.959/0001-03, com sede no QS 01, Rua 212, Lotes 19/23, Sala 1220, Connect Towers, Areal, Águas Claras/DF, vem, por intermédio do seu representante legal infra-assinado, respeitosamente e tempestivamente, com fulcro no item 13.3 do Edital, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da equivocada decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação que declarou a licitante **OLIMPIO CONSTRUÇÕES LTDA** habilitada, tudo conforme adiante segue, rogando, desde já, seja a presente dirigida à autoridade imediatamente superior caso V. Exa. não se convença das razões abaixo formuladas e, "*spont propria*", proceda com a reforma da decisão ora atacada.



I. BREVE SÍNTESE DOS FATOS

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, por meio da Comissão Permanente de Licitação -CPL, tornou público processo licitatório do tipo MENOR PREÇO, no regime de execução indireta – empreitada por preço global, no modo de disputa aberto e na forma eletrônica, objetivando a contratação de empresa especializada para construção da Feira Permanente de Santa Maria

Em 22 de abril de 2024 foi aberta Sessão Pública, momento em que as propostas foram recebidas e foi aberta a etapa competitiva. A menor proposta foi ofertada pela licitante OLIMPIO CONSTRUÇÕES LTDA. Ato contínuo, o coordenador da disputa solicitou que a arrematante enviasse a proposta e a documentação na forma prevista no Edital e seus anexos.

Em 25/04/2024, após três dias úteis, a licitante OLIMPIO CONSTRUÇÕES LTDA informou ter encaminhado os documentos solicitados. E, em 15/05/2024, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil declarou o Consórcio Permanente O.C.M (formado pelas empresas OLIMPIO CONSTRUÇÕES LTDA e MANC MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA) vencedor do certame.

Contudo, conforme será demonstrado a seguir, a Comissão se equivocou quando declarou o Consórcio Permanente O.C.M (formado pelas empresas OLIMPIO CONSTRUÇÕES LTDA e MANC MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA) vencedor do certame, haja vista que até a data da abertura da sessão pública, não tinha sido realizado o registro dos Termos de Compromisso de Constituição de Consórcio, conforme exigido no item 6.7.1 do Edital, motivo pelo qual requer, desde já, a reforma da decisão.

II. DO DIREITO

O Edital, que faz lei entre as partes, determina o seguinte requisito para participação do procedimento licitatório eletrônico:

2.8 Como requisito para a participação no Procedimento Licitatório Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem pleno conhecimento das exigências previstas no Edital e declarar que cumpre plenamente os requisitos de habilitação conforme “Anexo X” deste Instrumento.

Nesse caso, ANTES do envio da proposta no sistema eletrônico, o licitante, como requisito para participar do procedimento licitatório, manifestou que tinha pleno conhecimento das exigências previstas no Edital.

Já o item 6 do Edital elenca as condições necessárias para participação da presente licitação, sendo que o subitem 6.7 trata especificamente da participação de empresas sob a forma de consórcio, senão vejamos:

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar da presente licitação toda e qualquer empresa brasileira que, isoladamente ou em consórcio, atenda plenamente a todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

6.1.1. Não será admitida a participação de cooperativas.

6.2 A participação de consórcios será admitida mediante a apresentação do compromisso, por instrumento público ou particular, de constituição do consórcio subscrito pelos representantes legais das empresas consorciadas, do qual deverão constar, em cláusulas específicas, a indicação da participação de cada empresa, e suas obrigações, e a designação da empresa líder do consórcio, que será a responsável perante a NOVACAP pelo cumprimento dos compromissos assumidos na proposta e no futuro contrato, sem prejuízo da responsabilidade solidária da(s) outra(s) empresa(s) consorciada(s) e a submissão incondicional às regras da licitação

6.3 Não será permitido que uma mesma empresa participe isoladamente e em consórcio.

(...)

6.7 A PARTICIPAÇÃO SOB A FORMA DE CONSÓRCIO DEVERÁ OBSERVAR AS SEGUINTE CONDIÇÕES:

6.7.1 Apresentar o **Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos,**

discriminando: a designação do consórcio, o endereço, o empreendimento, o motivo de sua constituição, a indicação da empresa líder.

(...)

6.7.3 as empresas ou associações consorciadas deverão apresentar o **Termo de Compromisso por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos**, subscrito pelas consorciadas, discriminando os poderes de representação de cada consorciada no procedimento licitatório eletrônico, na contratação e na execução do contrato, e a constituição e o registro do consórcio para assinatura do contrato, de acordo com os termos do compromisso firmado;

(...)

6.7.9 O consórcio proponente, se vencedor deste certame, fica obrigado a promover, em até 10 (dez) dias antes da celebração do contrato, a sua constituição e o devido registro, nos exatos termos do compromisso apresentado neste edital.

Ou seja, a PARTICIPAÇÃO de consórcio estava condicionada a comprovação de compromisso público ou particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, subscrito pelos consorciados.

Em suma, o Edital exigiu que as seguintes condições fossem observadas para que a licitante participasse do certame sob a forma de consórcio:

- Que o licitante se manifestasse, antes da apresentação da proposta, em campo próprio do sistema eletrônico, que tem pleno conhecimento das exigências previstas no Edital;



- Que o consórcio, atendesse plenamente a todas as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos;
- Comprovação de Termo de Compromisso, público ou particular **registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, de Constituição do Consórcio**, subscrito pelas consorciadas.

Registra-se que não se exigiu para participação do certame a constituição e registro do consórcio, mas apenas a formalização pública ou particular registrada em cartório de termo de compromisso de constituição de consórcio, nos moldes determinados pela legislação regente, bem como pelo Edital.

Ou seja, não se pode confundir constituição e registro do consórcio com o termo de compromisso de sua constituição.

De qualquer sorte, analisando detidamente a documentação apresentada pela licitante OLIMPIO CONSTRUÇÕES LTDA, observou-se que a licitante não participou da sessão pública sob a forma consorciada pois, apesar de ter conhecimento das condições exigidas no Edital, o compromisso de constituição do consórcio não tinha sido registrado no Cartório, até a data da abertura da sessão pública, conforme determina o item 6.7.3 do instrumento convocatório.

O Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio Permanente O.C.M foi assinado em 22 de abril de 2024, mas registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos apenas no dia 25 de abril de 2024, três dias após a licitante OLIMPIO ENGENHARIA LTDA ter ofertado o menor lance na sessão pública.

Ou seja, a licitante OLIMPIO CONSTRUÇÕES LTDA participou do certame sem qualquer Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio registrado em cartório, de modo que não estava apta a participar da sessão pública de forma consorciada.



Ora, era possível a participação de consórcio, desde que fosse realizado até o início da sessão pública o registro dos Termos de Compromisso firmados em documento particular, uma vez que este não possui efeitos em face de terceiros, em estrito cumprimento da lei (art. 221 do Código Civil).

Art. 221. O instrumento particular, feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens, prova as obrigações convencionais de qualquer valor; mas os seus efeitos, bem como os da cessão, não se operam, a respeito de terceiros, antes de registrado no registro público.

De fato, não há como aceitar o Termo Particular de Compromisso de Constituição de Consórcio registrado em cartório somente após a empresa ter arrematado o menor lance, sob pena de estar sendo autorizado que os licitantes participem da sessão pública de forma isolada e, após arrematar o menor lance, se consorcie.

No caso, o que comprova que a empresa licitante está disputando o certame sob a forma de consórcio é, justamente, a pré-existência de compromisso público ou particular, registrado em cartório, de constituição do consórcio. A pré-existência desse documento, fato que somente poderia ser comprovado com a data do registro, habilitaria a empresa a participar da sessão pública sob a forma de consórcio. Caso contrário, a empresa estaria participando de forma isolada, pois não haveria como comprovar a pré-existência desse documento.

Vale consignar que a data de registro do compromisso particular serve justamente para comprovar que, no momento da abertura da sessão pública, a licitante estava participando e ofertando lances de forma consorciada e não isolada.

Veja bem, se o “CONSÓRCIO PERMANENTE O.C.M.” não fosse declarado habilitado por outro motivo e, a segunda arrematante fosse chamada para apresentar proposta e documentação na forma do Edital, poderia, agora, a nova arrematante apresentar Termo Particular de Compromisso de Constituição de Consórcio assinado com data da



sessão pública (22/04/2024), mas registrado somente após ser chamada, em 22/05/2024? Claro que não! E se a décima empresa fosse chamada? Ela também poderia assinar o termo de compromisso com a data da sessão pública de forma retroativa e fazer o registro do documento após 5 (cinco) meses? As condições para participar do certame de forma consorciada devem estar preenchidas no ato da sessão pública. Ora, o documento registrado somente passou a existir 3 dias após a licitante ter arrematado o menor lance.

Ora, o Edital permite que a licitante seja pessoa jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas. Contudo, o Edital não permite que uma empresa participe de forma isolada e, após arrematar o menor valor e ser intimada para apresentar os documentos necessários, apresente termo particular de compromisso de constituição de consórcio registrado três dias após a sessão pública. Não é permitido que a empresa se consorcie após ter arrematado o menor lance de forma isolada diante da ausência, durante a sessão pública, do documento de compromisso de constituição de consórcio devidamente registrado.

Conforme dispositivo 2.8 do Edital, o licitante manifestou ter pleno conhecimento das exigências pré-estabelecidas no instrumento convocatório no ato da apresentação da proposta. No entanto, para participar de forma consorciada, naquele momento, o licitante não cumpria o item 6.7 do Edital, que condiciona a participação de empresa jurídica sob a forma de consorcio, pois não detinha o termo de compromisso de constituição de consórcio de forma pública ou particular, registrada em cartório.

Em verdade, a empresa OLIMPIO CONSTRUÇÕES LTDA participou de forma isolada e, ao arrematar o menor lance, procurou outra empresa para se consorciar com o intuito de conseguir comprovar sua habilitação. No caso, sabendo que não cumpria com as exigências do Edital, a licitante entendeu que a única forma de se consagrar vencedora era se consorciando a outra empresa.

O fato é que o termo de compromisso registrado em cartório até a abertura da sessão pública era o documento que pode diferenciar uma empresa que estaria participando sob a forma isolada, da que estaria participando consorciada. E, no ato da sessão pública, a empresa **OLIMPIO CONSTRUÇÕES LTDA** não detinha tal documento, o que demonstra que estava participando do certame de forma isolada.

Vale registrar, que a empresa OLIMPIO CONSTRUÇÕES LTDA não impugnou oportunamente os termos do edital, presumindo-se sua aceitação às regras editalícias na participação do certame, mostrando-se inviável desconsiderá-las, de forma casuística, sob pena de afronta ao princípio da isonomia em relação aos demais candidatos que anuíram com o edital e cumpriram suas normas.

III. DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, requer a Recorrente que seja devidamente recebido e processado o presente recurso administrativo, pretendendo o efeito modificativo do julgado que declarou o Consórcio Permanente O.C.M (formado pelas empresas OLIMPIO CONSTRUÇÕES LTDA e MANC MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA) vencedor do certame, haja vista que no momento da sessão pública, o termo particular de compromisso de constituição de consórcio não tinha sido registrado conforme exigido no item 6.7.3., tendo a empresa OLIMPIO CONSTRUÇÕES LTDA participado do certame de forma isolada.

Requer, outrossim, que sejam desconsiderados todos os documentos da empresa MANC MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA, devendo ser analisado tão somente os documentos habilitatórios da licitante OLIMPIO CONSTRUÇÕES LTDA sejam analisados considerando que a aludida empresa participou do certame de forma isolada.

Caso a Comissão Permanente de não reconsidere sua decisão e mantenha a decisão que declarou o Consórcio Permanente O.C.M (formado pelas empresas OLIMPIO CONSTRUÇÕES LTDA e MANC MANUTENÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA) vencedor do



certame, requer que o presente recurso seja encaminhado à Autoridade Superior para decisão.

Pede deferimento.

Brasília/DF, 22 de maio de 2024.

Evolução Engenharia, Construção e Administração Ltda
Paulo Henrique Mazoni
Diretor Presidente